Mundo dos Cosméticos S.A.

CNPJ nº 02.786.558/0001-70

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais	Nota	2021	2020
Ativo/Circulante		**100.994**	**99.181**
Caixa e equivalentes de caixa	10	18.020	22.186
Contas a receber de clientes	11	30.027	25.485
Estoques	12	48.067	42.760
Imposto de renda e contribuição social	21	–	332
Tributos a recuperar		4.158	1.471
Instrumentos financeiros derivativos	13	20	6.100
Outros créditos		468	847
Não circulante		**77.015**	**87.629**
Realizável a longo prazo		**8.275**	**4.150**
Ativo fiscal diferido	21	8.161	4.040
Outros créditos		115	110
Imobilizado	14		
Direito de uso		40.928	44.861
Imobilizado em operação		19.273	27.112
Intangível	15	8.538	11.506
Total do ativo		**178.009**	**186.809**

Balanços Patrimoniais	Nota	2021	2020
Passivo/Circulante		**70.018**	**71.322**
Fornecedores	16	27.406	23.146
Empréstimos	17	15.379	26.730
Obrigações de arrendamentos	18	19.418	14.253
Obrigações trabalhistas e sociais	19	4.042	3.552
Obrigações tributárias	20	928	260
Imposto de renda e contribuição social	21	200	–
Contingências judiciais	27	22	–
Outras contas a pagar	22	2.388	3.381
Não circulante		**58.192**	**57.396**
Empréstimos	17	31.321	22.251
Obrigações de arrendamentos	18	26.871	34.839
Outras contas a pagar	22	–	306
Patrimônio líquido	23	**49.799**	**58.091**
Capital social		31.256	31.256
Reserva de capital		18.543	21.982
Reserva de lucros		–	4.853
Total do passivo e patrimônio líquido		**178.009**	**186.809**

Demonstrações do Resultado	Nota	2021	2020 Reapresentado
Receita operacional líquida	24	199.101	156.085
Custo das mercadorias vendidas	25	(113.354)	(88.779)
Lucro bruto		**85.746**	**67.306**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	25	(70.159)	(56.555)
Despesas gerais e administrativas	25	(19.999)	(14.691)
Despesas tributárias	25	(1)	(4)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	25	139	(636)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**(4.273)**	**(7.622)**
Despesas financeiras	26	(7.715)	(14.941)
Receitas financeiras	26	1.629	9.280
Resultado financeiro		**(6.086)**	**(5.661)**
Prejuízo antes do IR e CS		**(10.359)**	**(10.241)**
IR e CS corrente	21	(878)	(900)
IR e CS diferido	21	4.121	4.040
Prejuízo líquido do exercício		**(7.116)**	**(7.101)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	**(7.116)**	**(7.101)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(7.116)**	**(7.101)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**31.256**	**23.139**	**370**	**–**	**11.584**	**–**	**66.348**
Dividendos adicionais propostos	23.d	–	–	–	1.098	(1.098)	–	–
Distribuição de dividendos	23.d	–	(1.156)	–	–	–	–	(1.156)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(7.101)	(7.101)
Absorção de prejuízos acumulados	23.c	–	–	–	–	(7.101)	7.101	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**31.256**	**21.982**	**370**	**1.098**	**3.385**	**–**	**58.091**
Rejeição dos dividendos adicionais propostos em 2020	23.d	–	–	–	(1.098)	1.098	–	–
Distribuição de dividendos	23.d	–	(1.177)	–	–	–	–	(1.177)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(7.116)	(7.116)
Absorção de prejuízos acumulados	23.c	–	(2.263)	(370)	–	(4.483)	7.116	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**31.256**	**18.543**	**–**	**–**	**–**	**–**	**49.799**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo líquido do exercício		**(7.116)**	**(7.101)**
Ajustes por: Depreciação e amortização	25	25.511	23.014
Encargos financeiros	26	2.977	1.877
Encargos de arrendamentos	18	3.234	3.944
Variações cambiais líquidas	26	1.158	8.895
Resultado de operações com derivativos	26	(627)	(8.626)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável dos estoques	12	2.654	1.738
Perda com a baixa de ativos não circulantes imobilizado e intangível	14	786	–
Perda por redução ao valor recuperável dos imobilizados	14	756	–
IR e CS corrente	21	878	900
IR e CS diferido	21	(4.121)	(4.040)
Lucro líquido do exercício ajustado		**26.090**	**20.601**
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(4.542)	2.453
Estoques		(7.961)	6.394
Tributos a recuperar e diferidos		(6.710)	2.125
Outros créditos		375	123
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.260	(9.497)
Obrigações trabalhistas e sociais		491	(275)
Obrigações tributárias		668	55
Imposto de renda e contribuição social		4.803	(759)
Contingências judicias	27	22	–
Outras contas a pagar		(1.299)	(3.172)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**16.198**	**18.048**
Juros pagos de empréstimos	17	(2.806)	(2.149)
Juros pagos de arrendamentos	18	(3.072)	(3.675)
Impostos de renda e contribuição social pagos	21	(1.126)	(2.238)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais:		**9.194**	**9.986**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado	14.2	(596)	(4.961)
Aquisição de intangível	15	(50)	(565)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(646)**	**(5.526)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Captação de empréstimos	17	25.561	52.000
Amortização de empréstimos	17	(29.172)	(29.889)
Pagamento de arrendamentos	18	(14.633)	(11.183)
Dividendos distribuídos	23.iv	(1.177)	(1.156)
Ajustes de operação com derivativos		6.706	2.526
Fluxo de caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos:		**(12.714)**	**12.298**
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(4.166)**	**16.758**
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	22.186	5.428
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10	18.020	22.186
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(4.166)**	**16.758**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Mundo dos Cosméticos S.A. ("MdC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e iniciou suas atividades em 1998, possui sede na cidade do Recife - Pernambuco. A Companhia tem como atividade principal o comércio varejista de cosméticos e produtos de perfumaria em suas 54 lojas nos Estados de Pernambuco e São Paulo (55 em 31/12/2020); e através de plataformas digitais website "www.mundodocabeleireiro.com.br". **1.1 Impactos da Covid-19:** A Administração da Companhia tem acompanhado os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes. Todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores e clientes foram tomadas. A pandemia gerou impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, como a diminuição da receita em virtude do fechamento das lojas e restrições de horário. No final de abril, todas as operações estavam abertas e apresentaram uma forte recuperação mês a mês impulsionadas pela diminuição das medidas de isolamento social. Avançamos nos canais digitais e na integração com as lojas físicas, também conhecida como multicanalidade, que consiste em atender ao cliente MdC quando quiser, onde estiver e da forma que desejar. Temos um time dedicado e aprimoramos aspectos logísticos, tecnológicos e operacionais, de forma a oferecer um elevado nível de serviço. Fechamos o ano com uma sólida posição de caixa, a Companhia em uma situação confortável para enfrentar eventos indesejados, embora não seja o nosso cenário base para o ano que se inicia. Temos cerca de ¾ da população brasileira totalmente vacinada e a expectativa é que passemos a conviver com uma endemia, cujos impactos sobre os negócios e consequentemente sobre as demonstrações financeiras serão limitados. A Administração está atenta e continuará monitorando os cenários para que se necessário, tome medidas cabíveis com vistas a assegurar sua perenidade. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2021 foram autorizadas para emissão pela Administração em 11/04/2022. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota explicativa 18 - prazo do arrendamento:** se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incerteza sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 12 - Estoques:** critérios para a provisão para perdas em Estoques; • **Notas explicativas 14 e 15 - Imobilizado e Intangível**: estimativa da vida útil dos ativos de longa duração. • **Nota explicativa 18 - Ativo fiscal diferido:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa 27 - Contingências:** reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***(i) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes **nota explicativa nº 28** Instrumentos financeiros. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º/01/2021, mas não afetaram de forma material as demonstrações financeiras da Companhia. Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2021. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto em determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período do relatório. **7. Retificação de erros (reclassificações):** A Companhia reclassificou as bonificações obtidos nas negociações com os fornecedores de mercadorias na rubrica "Custo das mercadorias vendidas", ao invés de serem apresentados na rubrica "Receitas financeiras e receita operacional", de forma que a essência da natureza da operação prevaleça sobre a forma nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Consequentemente, o custo das mercadorias vendidas, receita operacional e as receitas financeiras foram apresentados a maior no exercício citado. Os erros, considerados pela Administração como irrelevantes no contexto dessas demonstrações financeiras, foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anteriormente afetado. A tabela a seguir resume os impactos na demonstração do resultado do exercício de 2020:

	Apresentação anterior	Ajustes de reclassificações	Apresentação após reclassificação
Receita operacional líquida	156.325	(240)	156.085
Custo das mercadorias vendidas	(92.044)	3.265	(88.779)
Lucro bruto	**64.281**	**3.025**	**67.306**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	(56.555)	–	(56.555)
Despesas gerais e administrativas	(14.691)	–	(14.691)
Despesas tributárias	(4)	–	(4)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(653)	18	(636)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**(7.622)**	**3.043**	**(4.580)**
Despesas financeiras	(14.941)	–	(14.941)
Receitas financeiras	12.323	(3.043)	9.280
Resultado financeiro	**(2.618)**	**(3.043)**	**(5.661)**
Prejuízo antes do IR e CS	**(10.240)**	**–**	**(10.241)**
IR e CS corrente	(900)	–	(900)
IR e CS diferido	4.040	–	4.040
Prejuízo líquido do exercício	**(7.100)**	**–**	**(7.101)**

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido da Companhia e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2020. **8. Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários, quando aplicáveis, que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Na data de encerramento do exercício a Companhia possuía três operações de empréstimos em moeda estrangeira. **b. Reconhecimento da receita:** A receita operacional líquida corresponde exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas e canais digitais da Companhia. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). **c. Revenda de mercadorias:** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtém o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados; e • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente. A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que serão devolvidos. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a empregados. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesas de juros; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **f. IR e CS sobre o lucro líquido:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **g. Despesa de IR e CS - Correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **h. Despesa de IR e CS - Diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuizos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Estoques:** São demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. **j. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no Resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imobilizado	Taxa média % a.a.
Instalações	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)

(a) Conforme prazo médio dos contratos de aluguéis dos respectivos imóveis vinculados. **k. Intangível:** Ativos intangíveis que estão registrados, *software* e fundo de comércio, são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados e reconhecida no resultado. É utilizada para *software* a taxa anual de 20%, para o fundo de comércio adquiridos anterior a 2017, 10% e os demais 20% conforme contrato de aluguel. O fundo de comércio se caracteriza pela cessão de direitos do uso das lojas da Companhia, além do aluguel. Que são cedidos e vendidos pelo proprietário ou pelo locatário anterior. Garantindo a preferência de uso do ponto comercial. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR - Valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a Custo amortizado — Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor

D4Sign 4bff06a1-8a39-4ff7-8cfd-27ba5dcfe899 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Mundo dos Cosméticos S.A. *(Em milhares de Reais)*

contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira (*Swap*). Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **m. Capital social:** *Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dará ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. *Ações preferenciais:* Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Cada ação preferencial Classe A conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo garantida: (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; e (ii) direito de conversibilidade em ação ordinária, à taxa de conversão de 1:1, a qualquer tempo, mediante deliberação por maioria do capital social votante da Companhia em assembleia geral. As ações preferenciais Classe B não conferirão direito de voto aos seus titulares, sendo garantida a prioridade na distribuição de dividendos fixos, conforme distribuição a ser aprovada em assembleia geral, nos termos definidos no Estatuto Social. **n. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **o. Contas a receber de clientes:** É registrado pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, de acordo com os valores de realização. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da perda estimada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **p. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas. No exercício findo em 31/12/2021, após a revisão da vida útil de seus ativos, a Companhia identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no valor de R$ 757 (R$ 0 em 2020). **q. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **(i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **r. Arrendamentos:** A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas). Desde o ano de 2019, a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **s. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **t. Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1/01/2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem "integralmente vinculada", com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31/12/2021, a diferença temporária tributável em relação ao ativo/passivo com direito de uso é de R$ 3.143, resultando em um imposto diferido ativo líquido de R$ 1.069. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações. **b) Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30/06/2021 (alteração ao CPC 06), a Companhia continuará utilizando o expediente prático em 2022; • **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);** • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

10. Caixa e equivalentes de caixa:	**2021**	**2020**
Caixa	214	362
Banco conta movimento	1.381	2.817
Aplicações de liquidez imediata (a)	16.425	18.977
Numerários em trânsito	–	30
Total	**18.020**	**22.186**

(a) As aplicações financeiras são lastreadas em operações de curto prazo, com liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração média equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2021 e 99% em 31 de dezembro 2020. As aplicações estão disponíveis para utilização nas operações. Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados. As informações sobre a exposição da Companhia a risco de crédito está incluída na nota explicativa nº 25.

11. Contas a receber de clientes:	**2021**	**2020**
Operadoras de cartões (*)	29.217	25.465
Duplicatas a receber	810	20
Total	**30.027**	**25.485**

(*) Os saldos de cartões de crédito estão com o valor líquido das taxas de administração. As informações sobre a exposição da Companhia a risco de crédito está incluída na nota explicativa nº 25. As contas a receber se originam, em sua maior parte, de atividades de varejo e recebíveis de cartões de crédito. Elas são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento no exercício de 2021 e 2020:

A vencer	**2021**	**2020**
De 01 a 30 dias	14.141	11.451
De 31 a 60 dias	5.900	5.248
De 61 a 90 dias	3.480	2.929
De 91 a 180 dias	4.350	3.887
Acima de 180 dias	2.156	1.970
Total	**30.027**	**25.485**

Durante o exercício não houve perdas significativas com realização das contas a receber e a Administração não espera perdas relevantes na realização das suas contas a receber. Por considerar o risco marginal, a Administração não considera a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de crédito.

12. Estoques:	**2021**	**2020**
Mercadorias para revenda	50.878	45.480
(–) Provisão para perda ao valor recuperável dos estoques	(2.811)	(2.720)
Total	**48.067**	**42.760**

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas. As perdas estimadas são baseadas nos níveis históricos da Companhia, que são concretizadas nos inventários, os quais refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações da estimativa. A movimentação da provisão para perdas com estoque está demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Saldo inicial	**(2.720)**	**(1.756)**
Adição	(2.811)	(3.864)
Realização da perda	2.564	2.126
Reversão	156	774
Saldo final	**(2.811)**	**(2.720)**

13. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme nota de nº 28 - Instrumentos Financeiros, as operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge. A Companhia contratou operações de swaps cambiais visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

Descrição	Ponta ativa	Ponta passiva	Pontamento	Valores a receber (pagar) 2021	2020
Capital de giro - Lei 4.131	EUR + 2,35%a.a.	CDI + 2,80%a.a.	jan/22	409	6.100
Capital de giro - Lei 4.131	EUR + 2,45%a.a.	CDI + 3,29%a.a.	mai/24	(282)	–
Capital de giro - Lei 4.131	USD + 3,18%a.a.	CDI + 3,29%a.a.	out/24	(107)	–
Total				**20**	**6.100**

14. Imobilizado: 14.1 Direito de uso: Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se a imóveis onde estão instaladas as lojas e prédio administrativo. Há 50 contratos de aluguel com características de direito de uso em 2021 (52 em 2020). Esses contratos de arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 10 anos e podem ter uma opção de renovação. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador. O passivo de arrendamentos está descrito na nota explicativa 15.

a. Saldos:

			2021	2020
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Saldo**	**Saldo**
Direito de uso de imóveis	75.792	(34.864)	40.928	44.861
Total	**75.792**	**(34.864)**	**40.928**	**44.861**
			2020	**2019**
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Saldo**	**Saldo**
Direito de uso de imóveis	68.194	(23.333)	44.861	43.570
Total	**68.194**	**(23.333)**	**44.861**	**43.570**

b. Movimentação:

	2020				**2021**
Direito de uso de imóveis	**Saldo** 44.861	**Adições (i)** 12.423	**Baixas** (755)	**Depreciação** (15.601)	**Saldo** 40.928
Total	**44.861**	**12.423**	**(755)**	**(15.601)**	**40.928**
	2019				**2020**
Direito de uso de imóveis	**Saldo** 43.570	**Adições (i)** 14.883	**Baixas** –	**Depreciação** (13.591)	**Saldo** 44.861
Total	**43.570**	**14.883**	**–**	**(13.591)**	**44.861**

(i) As adições do direito de uso, estão relacionadas as renovações e reajustes anuais dos contratos de aluguéis.

14.2 Imobilizado - Imobilizado em operação: ***a. Saldos:***

				2021	2020	
Descrição	**Custo de aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Perda estimada ao valor recuperável**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**	**Taxa de depreciação % a.a.**
Instalações	173	(146)	–	27	44	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.560	(1.525)	(560)	475	1.288	10
Móveis e utensílios	10.995	(3.825)	–	7.170	8.468	10
Bens em comodato	128	–	–	128	128	–
Bens em imóveis de terceiros	24.003	(13.318)	–	10.685	16.114	20
Computadores e periféricos	2.784	(1.799)	(196)	789	1.069	20
Total	**40.643**	**(20.613)**	**(756)**	**19.273**	**27.112**	

b. Movimentação:

Descrição	**2020**	**Adição**	**Perda estimada ao valor recuperável**	**Baixa**	**2021**
Custo					
Instalações	173	–	–	–	173
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.591	42	(560)	(74)	1.999
Móveis e utensílios	11.269	104	–	(378)	10.995
Bens em comodato	128	–	–	–	128
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.809	–	–	(806)	24.003
Computadores e periféricos	2.356	450	(196)	(22)	2.588
	41.327	**596**	**(756)**	**(1.280)**	**39.886**
Depreciação					
Instalações	(129)	(17)	–	–	(146)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.303)	(262)	–	40	(1.525)
Móveis e utensílios	(2.801)	(1.190)	–	166	(3.825)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(8.695)	(4.896)	–	273	(13.318)
Computadores e periféricos	(1.287)	(527)	–	15	(1.799)
	(14.216)	**(6.892)**	**–**	**494**	**(20.613)**
	27.112	**(6.296)**	**(756)**	**(786)**	**19.273**

Descrição	**2019**	**Adição**	**Baixa**	**2020**
Custo				
Instalações	172	1	–	173
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.514	78	–	2.591
Móveis e utensílios	9.444	1.825	–	11.269
Bens em comodato	42	87	–	128
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22.268	2.541	–	24.809
Computadores e periféricos	1.926	430	–	2.356
	36.366	**4.961**	**–**	**41.327**
Depreciação				
Instalações	(111)	(17)	–	(129)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(1.049)	(255)	–	(1.303)
Móveis e utensílios	(1.643)	(1.158)	–	(2.801)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.072)	(4.623)	–	(8.695)
Computadores e periféricos	(865)	(422)	–	(1.287)
	(7.740)	**(6.475)**	**–**	**(14.216)**
	28.626	**(1.514)**	**–**	**27.112**

15. Intangível:

a. Saldos:

			2021	2020	
Descrição	**Custo de aquisição**	**Amortização acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**	**Taxa de amortização % a.a.**
Software	1.279	(739)	540	743	20
Fundo de comércio	16.166	(8.168)	7.998	10.763	20 e 10
Total	**17.445**	**(8.907)**	**8.538**	**11.506**	

b. Movimentação:

Descrição	**2020**	**Adição**	**Baixa**	**2021**
Custo				
Software	1.229	50	–	1.279
Fundo de comércio	16.165	–	–	16.166
	17.394	**50**	**–**	**17.445**
Amortização				
(–) Software	(485)	(254)	–	(739)
(–) Fundo de comércio	(5.403)	(2.765)	–	(8.168)
	(5.888)	**(3.019)**	**–**	**(8.907)**
	11.506	**(2.968)**	**–**	**8.538**

Descrição	**2019**	**Adição**	**Baixa**	**2020**
Custo				
Software	695	534	–	1.229
Fundo de comércio	16.134	31	–	16.165
	16.829	**565**	**–**	**17.394**
Amortização				
(–) Software	(286)	(199)	–	(485)
(–) Fundo de comércio	(2.655)	(2.748)	–	(5.403)
	(2.941)	**(2.947)**	**–**	**(5.888)**
	13.889	**(2.382)**	**–**	**11.506**

16. Fornecedores:	**2021**	**2020**
Fornecedores nacionais de mercadorias	25.334	21.919
Serviços, material de consumo e obras civis	2.072	1.227
Total	**27.406**	**23.146**

As contas a pagar aos fornecedores estão representadas por obrigações relativas às aquisições de produtos ou serviços no curso normal dos negócios. Não há concentração significativa de fornecedores associados a venda de produtos.

17. Empréstimos:

Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa ponderada % a.a**	**Vencimento**	**2021**	**2020**
PEAC - FGI	R$	Prefixada	8,34%	set-24	5.090	6.165
PEAC - FGI	R$	CDI	3,31%	out-24 a set-25	16.356	18.020
Resolução 4.131 Bacen	R$	CDI	3,32%	abr-25	6.250	–
Resolução 4.131 Bacen	USD e EUR	Prefixada	3,25%	jan-22 a out-24	19.004	24.796
Total					**46.700**	**48.981**
Circulante					15.379	26.730
Não circulante					31.321	22.251
					46.700	**48.981**

Cronograma de vencimentos	**2021**	**2020**
2021	–	26.730
2022	15.379	8.890
2023	15.950	7.450
2024	13.751	5.911
2025	1.620	–
	46.700	**48.981**

Os juros registrados no período foram de R$ 2.977 em 2021 (R$ 2.123 em 2020), contabilizados como despesa financeira, de acordo com descrição nas políticas contábeis. A movimentação dos empréstimos é demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Saldo inicial	**48.981**	**18.248**
Captação	25.562	52.000
Juros incorridos	2.977	1.877
Variações cambiais	1.158	8.895
Pagamento de principal	(29.172)	(29.889)
Pagamento de juros	(2.806)	(2.149)
Saldo final	**46.700**	**48.981**

Garantias e covenants: Em 31/12/2021 e 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos pelo BNDES FGI, recebíveis de cartões de crédito ou aval, controlados e checados diariamente pelos bancos emissores das cédulas de crédito. Em 31/12/2021, a Companhia detinha o empréstimo bancário com o banco Santander contendo as seguintes cláusulas contratuais restritivas: 1. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA deverá ser igual ou inferior a 2,2 com base no encerramento de cada exercício social das Demonstrações Financeiras Auditadas. 2. A dívida financeira líquida deverá ser igual ou inferior a R$ 50.000 com base no encerramento de cada exercício social das Demonstrações Financeiras Auditadas. A Companhia está cumprindo com os requerimentos dos Covenants para 31/12/2021. **18. Obrigações de arrendamentos:** Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamentos essencialmente se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O valor presente dos contratos inseridos na adoção do CPC 06 (R2) foi calculado por taxas equivalentes à de captação de transação com risco e natureza similar. Os prazos dos contratos são variados com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente por índices de preço. **a. Vencimento:** O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

			2021
Vencimentos	**Pagamentos mínimos**	**Descontos a valor presente**	**Valor presente dos pagamentos mínimos**
Circulante			
Até um ano	**21.797**	**(2.379)**	**19.418**
Não circulante			
Entre um e dois anos	15.766	(1.731)	14.036
Entre dois e três anos	9.355	(1.051)	8.303
Acima de três anos	4.947	(415)	4.532
Total do não circulante	**30.068**	**(3.197)**	**26.871**
Total	**51.865**	**(5.576)**	**46.289**
			2020
Vencimentos	**Pagamentos mínimos**	**Descontos a valor presente**	**Valor presente dos pagamentos mínimos**
Circulante			
Até um ano	**17.258**	**(3.005)**	**14.253**
Não circulante			
Entre um e dois anos	15.655	(2.047)	13.608
Entre dois e três anos	11.464	(1.157)	10.307
Entre três e quatro anos	5.597	(581)	5.017
Acima de quatro anos	6.772	(865)	5.907
Total do não circulante	**39.488**	**(4.650)**	**34.839**
Total	**56.747**	**(7.655)**	**49.092**

Movimentação:

2020						**2021**
	Saldo	**Adições**	**Juros provisão**	**Baixa**	**Amortização Principal**	**Juros pago**	**Saldo**
Obrigações de arrendamento	49.092	12.423	3.234	(755)	(14.633)	(3.072)	46.289
2019							**2020**
	Saldo	**Adições**	**Juros provisão**	**Baixa**	**Amortização Principal**	**Juros pago**	**Saldo**
Obrigações de arrendamento	45.124	14.883	3.944	–	(11.183)	(3.675)	49.092

As taxas de juros médias utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento é de 6,7% em 2021 e 2020, considerando que os contratos tem prazos similares. A Companhia reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento. As adições estão relacionadas as renovações e reajustes anuais dos contratos de aluguéis. Ao final do exercício corrente o pronunciamento técnico CPC 06 (R3) - Arrendamentos foi revisado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis com objetivo de prever um expediente prático relacionado aos descontos obtidos por arrendatários em contratos de arrendamento relacionados à Covid-19. Tal expediente prático prevê que o arrendatário poderia optar por não avaliar se um benefício concedido em função da pandemia seria reconhecido como uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios negociados com os arrendadores de imóveis em função de descontos obtidos em 49 filiais com contratos de arrendamentos, no valor total de R$ 3.345 (R$ 3.340 em 2020). **19. Obrigações trabalhistas e sociais:**

	2021	**2020**
Provisão para férias	1.360	1.280
Salários e ordenados a pagar	1.317	945
INSS a recolher	582	574
INSS sobre provisões	371	350
FGTS a pagar	193	187
FGTS sobre provisões	108	102
Pró-labore a pagar	82	90
INSS pró-labore a recolher	3	3
Rescisão contratual a pagar	20	2
INSS fonte PF	3	2
Outros	3	16
Total	**4.042**	**3.552**

20. Obrigações tributárias:	**2021**	**2020**
Tributos retidos na fonte	241	139
ICMS a recolher	670	77
COFINS a recolher	–	21
ISS a recolher	17	18
PIS a recolher	–	5
Total	**928**	**260**

21. IR e CS: a. Saldos patrimoniais:

	Ativo a recuperar		**Ativo Diferidos**		**Passivo a pagar**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
IR	–	254	6.001	2.971	20	–
CS	–	78	2.160	1.069	180	–
	–	**332**	**8.161**	**4.040**	**200**	**–**

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício:

Despesa de IR e CS corrente	**2021**	**2020**
Despesa de ano corrente	(878)	(900)
Despesa de IR e CS diferido		
Diferenças temporárias		
Perdas de estoque	31	765
Efeito do cpc efeito do CPC06 (R2)/IFRS 16	(1.069)	(614)
Outras diferenças temporárias	396	–
Prejuízo fiscal	4.763	3.889
	4.121	4.040
Total de despesa de impostos das atividades continuadas	3.243	3.140

22. Outras contas a pagar:	**2021**	**2020**
Aluguéis a pagar (a)	1.633	2.066
Parcelamentos de fundos de comércio (b)	560	1.506
Outras	195	116
Total	**2.388**	**3.687**
Circulante	2.388	3.381
Não circulante	–	306
Total	**2.388**	**3.687**

(a) Referem-se aos aluguéis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do exercício estão registrados nesta rubrica. (b) Referem-se ao parcelamento de fundo de comércio em novas lojas de shoppings em Pernambuco e São Paulo inauguradas em 2018 e 2019 e com vencimento máximo de 24 meses a contar da contratação. **23. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 31.256, representado por 31.255.922 ações no valor de R$ 1 cada ação composto da seguinte forma:

	Quantidade	**Valor em reais**	**Ações Participação %**
Ações ordinárias	24.190.660	24.190.660	77
Ações preferenciais - Tipo A	7.065.260	7.065.260	23
Ações preferenciais - Tipo B	2	2	–
Total	**31.255.922**	**31.255.922**	**100**

(b) Reserva de capital: Em 2020 e em 2021 com a insuficiência de lucro apurado para distribuição dos dividendos fixos atribuídos às ações preferências tipo B, o montante foi pago à conta de reserva de capital, conforme previsão estatutária. **(c) Reservas de lucros:** ***a. Reserva Legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituído montante em 2021 e 2020 devido a Companhia ter apresentado prejuízo. ***b. Reserva de retenção de lucros:*** É representada pelo lucro líquido do exercício, quando não houver destinação como distribuição de dividendos ou aumento de capital e utilizada para absorção do prejuízo quando esse existir. **(d) Remuneração aos acionistas (dividendos):** Do lucro líquido do exercício, serão distribuídos entre os sócios ou tendo a destinação que eles determinarem, e em caso de prejuízo, estes serão absorvidos pelas reservas de lucros e/ou suportados pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do

D4Sign 4bff06a1-8a39-4ff7-8cfd-27ba5dcfe899 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do Mundo dos Cosméticos S.A. *(Em milhares de Reais)*

lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal e dos dividendos fixos das ações preferencias tipo B conforme estatuto. Em 2021 e 2020 não houve distribuição de juros sobre capital próprio. A Administração elaborou a proposta de distribuição de dividendos da seguinte forma:

	2021	2020
(–) Dividendos fixos (ii)	(1.177)	(1.156)
(–) Dividendos adicionais propostos (i)	–	(1.098)
Lucro após apropriação da reserva legal e dividendos fixos	**(2.275)**	**(2.254)**

(i) Em 30/12/2020, através de instrumento societário de reunião da Diretoria, foi proposto dividendos fixos adicionais das ações preferenciais tipo B no valor de R$ 1.098 condicionada à aprovação da proposição dos dividendos adicionais em Assembleia. Em 2021, durante a assembleia geral ordinária extraordinária - AGOE, realizada no mês de maio, os acionistas da Companhia decidiram rejeitar a proposta de distribuição dos dividendos adicionais aos titulares das ações preferenciais B uma vez que as demonstrações financeiras do exercício anterior não apresentaram lucros. (ii) Em 28/12/2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, ficou determinado o montante de R$ 1.177 correspondente a dividendos fixos referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2021.

24. Receita operacional líquida:	2021	2020 (Reclassificado)
Receita bruta de vendas	**227.326**	**180.356**
(–) Impostos sobre vendas de mercadorias	(26.586)	(22.896)
(–) Vendas canceladas e devoluções	(1.639)	(1.375)
Total deduções	**(28.225)**	**(24.271)**
Receita operacional líquida	**199.101**	**156.085**

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de produtos e não foram identificados valores materiais para ajuste considerando a estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

25. Custos e despesas por natureza:	2021	2020 (Reclassificado)
Custo das mercadorias vendidas	(110.693)	(84.909)
Pessoal e encargos	(40.373)	(31.782)
Depreciações e amortizações (a)	(23.876)	(22.586)
Custo total de ocupação (b)	(11.188)	(4.584)
Comerciais	(6.158)	(4.321)
Serviços prestados	(5.712)	(5.293)
Ajustes de inventário	(2.653)	(3.865)
Materiais auxiliares e de consumo	(902)	(1.098)
Viagens	(321)	(273)
Locações de máquinas e equipamentos	(255)	(308)
Tributária	(170)	(123)
Despesa de associações de classe	(153)	(92)
ICMS substituição tributária	(8)	(5)
Outros	(912)	(1.426)
Total	**(203.374)**	**(160.665)**
Classificadas como:		
Custo das mercadorias vendidas (c)	(113.354)	(88.779)
Despesas comerciais	(70.159)	(56.555)
Despesas gerais e administrativas	(19.999)	(14.691)
Despesas tributárias	(1)	(4)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	139	(636)
Total	**(203.374)**	**(160.665)**

(a) Valor líquido do crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros. (b) Corresponde a gastos com contratos de alugueis não incluídos na definição de arrendamentos: administrativos, valores de condomínio, alugueis variáveis, fundo de promoção, manutenção dos imóveis, energia, abatimentos, IPTU, entre outros. (c) Os custos diretos das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações comerciais recebidos de fornecedores, ajustes de inventário e ICMS ST.

26. Resultado financeiro:	2021	2020 (Reclassificado)
Despesas financeiras		
Variações cambiais	(1.158)	(8.895)
Encargos sobre arrendamentos	(3.234)	(3.944)
Encargos sobre empréstimos	(2.977)	(1.877)
Multas e juros pagos ou incorridos	(72)	(23)
IOF	(6)	(9)
Outras despesas financeiras	(268)	(193)
	(7.715)	**(14.941)**
Receitas financeiras		
Resultado de derivativos	627	8.626
Descontos/abatimentos financeiros obtidos	705	695
Rendimentos de aplicação financeira	441	286
Juros ativos	98	17
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(242)	(344)
	1.629	**9.280**
Total	**(6.086)**	**(5.661)**

27. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de seus assessores jurídicos, em 31/12/2021, a Companhia possuía valores provisionados em causas prováveis, sendo constituída provisão nos termos do CPC 25 no valor de 22 (0 em 2020). No entanto, há causas com probabilidade de perda considerada pelos assessores jurídicos como possíveis na data de divulgação das demonstrações financeiras, que montam no valor de R$ 2.361 (R$ 957 em 2020) de natureza cível, trabalhista e tributária. **28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Considerações gerais:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31/12/2021 e 31/12/2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2021 Contábil	2021 Valor Justo	2020 Contábil	2020 Valor Justo
Ativos Financeiros Derivativos - mensurado a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 2)	20	20	6.100	6.100
Ativos Financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa (Nível 2)	18.020	18.020	22.186	22.186
Contas a receber de clientes (Nível 2)	30.027	30.027	25.485	25.485
Outros créditos (Nível 2)	468	468	279	279
Passivos Financeiros Não Derivativos				
Custo amortizado				
Fornecedores (Nível 2)	27.406	27.406	23.146	23.146
Empréstimos e financiamentos (Nível 2)	46.700	43.660	48.981	47.454
Passivo de arrendamento (Nível 2)	46.289	46.289	49.092	49.092
Outros contas a pagar (Nível 2)	2.388	2.388	3.687	3.687

(i) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value): ***Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** São classificadas como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. ***Contas a receber:*** Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perda e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas. ***Fornecedores:*** Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial bem como ajustado a valor presente, quando aplicável. A administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo. ***Empréstimos e financiamentos:*** Inicialmente, os saldos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias, cambiais e amortizações incorridos até as datas dos balanços). Utiliza-se a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimados por cotações futuras de mercado. Para passivos financeiros, em que os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40/ IFRS 7. ***Instrumentos financeiros derivativos:*** Estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança orientam a Administração desses instrumentos. São usados contratos de "swap" como instrumento de hedge para exposição às volatilidades do câmbio nas captações de empréstimos em moeda estrangeira e não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A metodologia de mensuração a valor justo dos swaps é o desconto no fluxo de caixa com projeções da "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão". ***Outras Contas a Pagar:*** Não decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial bem como ajustado a valor presente, quando aplicável. A administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo. **(vi) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. ***Estrutura de gerenciamento de risco:*** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *(i) Riscos de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do contas a receber de clientes. A maior parte do contas a receber é junto as operadoras de cartão de débito e crédito, conforme nota nº 11 de contas a receber de clientes, portando a Administração não entende haver risco relevante. *(ii) Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros. A tabela foi elaborada considerando os fluxos de caixa não descontados:

2021	**Inferior a um ano**	**Entre 1 e 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	27.406	–
Empréstimos e financiamentos	15.379	31.321
Obrigações de arrendamentos	21.797	30.068
Outros contas a pagar	2.388	–
	66.970	**61.389**

2020	**Inferior a um ano**	**Entre 1 e 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	23.146	–
Empréstimos e financiamentos	26.730	22.251
Obrigações de arrendamentos	14.253	34.839
Outros contas a pagar	3.381	306
	67.510	**57.396**

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O ciclo financeiro da Companhia é inferior a 85 dias, com margem bruta superior a 40% e os custos transacionais e de captação são sensivelmente baixo considerando a proporção da operação. A precificação dos produtos é uniforme para os concorrentes e são no curso normal do negócio tabelados anualmente pelos fornecedores. A Companhia possui práticas internas de precificação e acompanhamento de tabelas de preços e portfólio dos fornecedores acompanhando margens efetuadas recorrentemente. **Taxa de câmbio:** Os empréstimos contratados em moeda estrangeira estão cobertos com a proteção do "swap". A principal exposição de variação cambial se refere à flutuação do Dólar e do Euro. Com o objetivo de proteção dos empréstimos, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade SWAP. *Exposição ao risco cambial:* Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia está apresentado abaixo:

	2021			2020		
Ativo	**USD**	**EUR**	**R$**	**USD**	**EUR**	**R$**
Instrumentos financeiros derivativos	1.884	1.353	19.004	3.272	1.244	24.796
Passivo						
Empréstimos	(1.884)	(1.353)	(19.004)	(3.234)	(1.234)	(24.796)
Exposição líquida (ativo - passivo)	–	–	–	–	–	–

Análise de sensibilidade ao risco de variação cambial: A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em três cenários. Um cenário com taxas reais verificadas 31/12/2021 (Cenário Provável I); mais um cenário com redução de 25% (Cenário II) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda um cenário com o efeito inverso para demonstrar os efeitos com o aumento de 25% (Cenário III). • Cenário Provável: Com base no relatório Bacen divulgado no dia 31/12/2021, definimos o cenário provável com a cotação do Dólar e Euro a R$ 5,581 e 6,321 respectivamente. • Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário, as operações seriam liquidadas pela cotação de R$ 4,185 e 4,741, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário, as operações seriam liquidadas pela cotação de R$ 6.976 e 7,901, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.

		Risco do fluxo de caixa associado à variação cambial			
Ativo	**Risco**	**Saldo em R$ (Exposição - Valor Nocional)**	**Cenário provável I**	**Cenário II -25% (Impacto Líquido)**	**Cenário III 25% (Impacto Líquido)**
Instrumentos financeiros derivativos	USD e EUR	19.004	19.004	(4.751)	4.751
Passivo					
Empréstimos	USD e EUR	(19.004)	(19.004)	4.751	(4.751)
Exposição líquida no resultado (ativo - passivo)		–	–	–	–
Referência para passivos financeiros	**Taxa em 2020**	**(25%)**	**25%**		
Dólar USD/R$ (12 meses)	5,581	4,185	6,976		
Euro EUR/R$ (12 meses)	6,321	4,741	7,901		

Taxa de juros: As aplicações financeiras e empréstimos da Companhia são basicamente mantidas em operações vinculadas aos juros de CDI. A Companhia busca manter sua exposição a taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a empréstimos e aplicações financeiras. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem interferência dos instrumentos de proteção, conforme abaixo:

Instrumentos de taxas variáveis	**2021**	**2020**
Aplicações financeiras	16.425	18.977
Empréstimos e financiamentos	(16.356)	(18.020)
Líquido	**69**	**957**

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em três cenários. Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 31/12/2021 (Cenário provável I) mais um cenário com a redução de 25% (Cenário II) dos indexadores. Incluímos, ainda, mais um cenário com o efeito inverso para demonstrar os efeitos com o aumento de 25% (Cenário III) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros (R$ mil)			
Ativo financeiros	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário provável I**	**Cenário II -25% (Impacto Líquido)**	**Cenário III +25% (Impacto Líquido)**
Aplicações financeiras	CDI	16.425	17.151	(181)	181
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(19.004)	(19.844)	210	(210)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(16.356)	(17.079)	181	(181)
Efeito líquido no resultado		**(18.935)**	**(19.772)**	**209**	**(209)**
Referência para ativos e passivos financeiros	**Taxa em 2021**	**-25%**	**25%**		
CDI (% 12 meses)	4,42%	3,32%	5,53%		
Referência para ativos e passivos financeiros	**Taxa em 2020**	**-25%**	**25%**		
CDI (% 12 meses)	2,75%	2,06%	3,44%		

Gerenciamento do capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo patrimônio líquido da Companhia, que inclui capital, reservas, reservas de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. **29. Partes relacionadas:** A Companhia não efetuou transações com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. **a. Controlador final:** Em 31/12/2021 e 2020 a acionista CMANS Participações Societárias Eireli possuía 16.329.580 ações, representando 52,24% (52,35% em 2020) do capital social da Companhia. **(i) Remuneração da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatuários. A remuneração a título de prolabore para o pessoal chave durante o exercício findo em 31/12/2021 foi de R$ 1.559 (2020: R$1.064). A Companhia não concede benefícios de longo prazo ao pessoal-chave da administração.

Diretoria Executiva

Celso de Moraes Andrade Neto Segundo - Diretor Presidente

Ademar José de Souza Neto - Diretor Financeiro

Contadora

Taciane França Guimarães - CRC PE 026231/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores do **Mundo dos Cosméticos S.A.** - Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Mundo dos Cosméticos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mundo dos Cosméticos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 11 de abril de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7

Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

D4Sign 4bff06a1-8a39-4ff7-8cfd-27ba5dcfe899 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Publicidade Legal - 30 de abril e 1º e maio de 2022 - MUNDO DOS COSMÉTICOS BALANÇO pdf

Código do documento 4bff06a1-8a39-4ff7-8cfd-27ba5dcfe899

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 Apr 2022, 22:31:03
Documento 4bff06a1-8a39-4ff7-8cfd-27ba5dcfe899 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-29T22:31:03-03:00

29 Apr 2022, 22:31:19
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-29T22:31:19-03:00

29 Apr 2022, 22:31:37
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 201.18.98.155 (20118098155.host.telemar.net.br porta: 61796). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-04-29T22:31:37-03:00

Hash do documento original
(SHA256):c5ecd22399e06f4c8fc25d25cf1aa116b454fc84fc21896edd18c91a4e2a9f9f
(SHA512):867f2d24bfcc4b55938dbd3961757731432b08c1ce48905cd6ba5ae63bbc78ed497e12a79e51489257a8cae204cca9617120c38d5c83287701dbc7146bd6351d

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign